

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Economia

Dimensão: 128

Imagem: S/Cor

Página (s): 13



ABRIL



PEDRO
NUNO
SANTOS

Resgate sem austeridade

A menos de nove meses do fim do programa de assistência financeira, com taxas de juro implícitas da dívida pública portuguesa a rondar níveis insustentáveis, é cada vez mais óbvio que Portugal não conseguirá regressar aos mercados. O segundo resgate está por pouco tempo, e nem sequer precisávamos de ter sido previamente informados, como fomos, em "on" pelo primeiro-ministro e em "off" por responsáveis da Comissão Europeia. O primeiro resgate falhou de forma clamorosa nos seus principais objectivos, a dívida pública portuguesa atingiu um nível já consensualmente considerado impagável e as taxas de juro implícitas não descem dos 6%, chegando mesmo a ultrapassar a barreira dos 7% muitas vezes. É incompreensível que perante o fracasso avassalador do primeiro resgate se queira responder com a repetição do erro, mas infelizmente são a irracionalidade e a estupidez que comandam, actualmente, Portugal e a Europa. Como é por demais evidente, o PS será pressionado pela elite política e económica, nacional e europeia, a pôr a sua assinatura num receiptário que não funciona. Este será o momento definidor do PS, na sua afirmação como alternativa ao governo PSD/CDS e à sua política austeritária. O Partido Socialista só precisa de reafirmar nesse momento o que tem dito nos últimos anos sobre austeridade: "Não funciona, destrói a economia e afasta-nos cada vez mais dos objectivos de consolidação orçamental." Também deve dizer que só aceita um segundo resgate se a filosofia subjacente for absolutamente alterada e levar em consideração muitas das conclusões dos estudos internos do FMI. Isto é, só deve aceitar o segundo resgate se os objectivos principais do mesmo forem o crescimento económico e o desemprego e não o défice orçamental e a dívida pública. Estes últimos devem passar a ser objectivos secundários e subordinados aos dois primeiros. Deve também exigir como condição prévia uma reestruturação significativa da dívida pública, como sempre defendeu o FMI. Menos do que isto não pode ser aceite por um partido socialista.

Escreve à quarta-feira